

NOTA DE EXTENSÃO

A extensão universitária no mundo; Qual o nosso modelo?

Antonio Carlos Moraes¹

O presente texto é uma reflexão sobre a Internacionalização da Extensão Universitária: Experiências e Desafios, tema do Encontro de Pró-Reitores de Extensão da Região Sudeste, realizado em Coqueiral de Aracruz-ES, em abril de 2015, quando tive o grande prazer de proferir a Conferência de abertura.

Ao receber o convite para falar sobre esse tema, lembrei-me imediatamente de quando, ainda estudante, ouvi de um professor muito conceituado na Universidade que não valia a pena gastar meu tempo com a extensão universitária. Seus argumentos passavam pela mesma lógica com a qual convivemos diuturnamente em nossos campi: a lógica do estatuto da ciência que considera apenas a atividade de pesquisa como o caminho para o sucesso acadêmico e profissional. Contudo, o que mais chamava a minha atenção entre os vários argumentos do professor era o da mobilidade e do reconhecimento internacionais que ele afirmava ser impossível para quem investia na extensão universitária para sua formação. Não haveria, segundo ele, possibilidades de parceria entre grupos e nem produtos de interesse universal como na pesquisa.

Ele afirmava que a extensão era uma prática quase que exclusivamente brasileira e que se fazia presente em alguns países da América Latina onde predominavam regimes autoritários como no Brasil, que colocava parte da estrutura e de recursos humanos das universidades em programas assistencialistas.

Era um professor raro, de conversa macia, de longas e belas histórias sobre suas viagens e descobertas. Sobre suas viagens, falava de suas experiências em passagens por universidades europeias e justificava por que as atividades de pesquisa eram as que proporcionavam tais experiências.

No entanto, era apenas mais um membro muito comum da comunidade universitária que não reconhece o princípio e a necessidade da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, e que considera o Ensino como uma espécie de alfabetização para a pesquisa e a extensão como oportunidade de obtenção de bolsas para os estudantes que supostamente não conseguem acessar uma vaga em um laboratório de pesquisa.

Evidentemente, trata-se de uma visão preconceituosa que realmente permeia boa parte da comunidade universitária. Basta observar a mobilização e a tensão entre estudantes e professores causadas pelo edital do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC) para verificar como isso é fato. Portanto, trata-se de uma cultura universitária de influência internacional muito bem assimilada pelas universidades brasileiras.

¹Antonio Carlos Moraes. Professor do Depto. De Ginástica do Centro de Educação Física da UFES – Mestre e Doutor na área de Educação e Pós-doutorado em Filosofia. Coordenador dos Projetos “Grupo Andora” e “Escola e a Cidade para uma Educação Integrada”.

Percebe-se assim que a ideia de que as grandes universidades devem fazer pesquisa e as pequenas devem ensinar e fazer extensão é muito forte e se reproduz com muita facilidade. Essa tese rondou com muita força durante os anos de 1990 as intenções políticas de alguns órgãos de governo ligados à Ciência e Tecnologia e à Educação superior. A ideia de se criar os Centros de Excelência e os institutos de formação de professores marcava a evidência dessas intenções. Nas entrelinhas do discurso lia-se: “formação de pesquisador é uma coisa e formação de professores é outra”. Nas entrelinhas das intenções políticas lia-se: “recurso para pesquisa só será concedido para formação de pesquisadores”. E professor, nessa perspectiva, não faz pesquisa.

Quando eu perguntava ao professor sobre as atividades de extensão no exterior, ele me respondia: “não há quase nada. Apenas pessoas que procuram os serviços de algum laboratório ou escritórios modelos, cursos livres pagos e os eventos que são procurados por gente de todo o planeta. Há algumas atividades que se podem comparar com a extensão, mas são totalmente subordinadas às pesquisas. Seriam as responsáveis por obtenção, acumulação e conservação de materiais e, mais tarde, responsáveis pela circulação de produtos da pesquisa”. Essa também é uma visão de extensão que predomina em universidades estrangeiras, sobretudo nas instituições norte-americanas.

De fato, assistir a uma exposição de trabalho de extensão de universidades europeias e norte-americanas, temos a ligeira impressão de que estamos assistindo a um relato de pesquisa. Essa tendência pode ser observada também no Brasil, em grande medida, se considerarmos os resultados de editais de Extensão em nossas próprias universidades e no PROEXT do Ministério da Educação, onde é facilmente notada a Pesquisa disfarçada de Extensão. Ou seja, enquanto na Europa e nos Estados Unidos a Extensão presta serviços para sustentar a Pesquisa das universidades, no Brasil os recursos destinados à Extensão são distribuídos para a Pesquisa por dentro dos próprios editais que sempre exigem articulação dos projetos com o Ensino e a Pesquisa e valorizam, com critérios da pesquisa, os currículos da equipe.

O produto de uma experiência, a inovação tecnológica ou trabalhos técnicos que são frutos de experiências de ensino são colocados à disposição do público em forma de mercadoria e como recurso para sustentação da própria universidade. Mesmo com essa função, que do ponto de vista administrativo e infraestrutural tenha sua importância, a extensão é tratada como um trabalho meramente técnico, de balcão – atividade que sempre foi menosprezada pela academia.

Segundo o mesmo professor, a Extensão Universitária no Brasil é invenção da Igreja Católica a partir de suas universidades e foi assimilada e abraçada pela ditadura militar. Uma espécie de catequese avançada, superior, e um assistencialismo ligado à ideia xenofóbica traduzida por Segurança Nacional. De fato, quem teve notícias acerca do Projeto Rondon e outros demandados pelos governos de exceção, pode ter produzido os mesmos discursos generalizantes do professor. Afinal, qual grande universidade no mundo não foi criada ou sofreu fortes influências da Igreja Católica? Quais atividades acadêmicas universitárias ficaram livres da mão

pesada dos governos autoritários? Qual delas não sofreu a intervenção significativa da reforma universitária? Contudo, a Extensão, sobreviveu ao autoritarismo e soube contornar criticamente os aspectos e as intenções assistencialistas que permearam suas atividades e se transformou, em toda a América Latina, no laço estreito entre a universidade e os Movimentos Sociais.

A convivência e conversas com esse professor não me tiraram das atividades de extensão, mas me levaram a pensar sobre o assunto, não no sentido de trocar a extensão pela pesquisa, mas de levar em consideração a minha atuação em projetos de Extensão na universidade e o que o trabalho realizado representava para a população e para formação dos extensionistas. Era uma reflexão que misturava as falas do professor, minhas práticas e os resultados das reuniões de estudantes que discutiam a extensão no Diretório Central dos Estudantes da UFMG.

Afinal, um dos documentos que norteavam as discussões era a Carta de Córdoba de 1918. Um documento apropriado pelo movimento estudantil de toda a América Latina e principalmente no Brasil pela União Nacional dos Estudantes. Não poderia, portanto, a Extensão ser fruto do autoritarismo, mesmo que, coincidentemente os regimes autoritários nas décadas de 1960, 70 e 80, tenham predominado na América Latina e ocupado as universidades com seus projetos.

Mas a discussão sobre Extensão Universitária tentando aproximar a universidade da comunidade não universitária no continente latino-americano esteve presente nas primeiras décadas do século XX, antes da influência norte-americana sobre as universidades do resto do mundo e da revoada de ditaduras. A influência estava nas experiências de universidades populares no mundo moderno, nascidas nas novas democracias e influenciadas pelas palavras de ordem de “Educação para Todos”.

As palavras do professor não me assustavam porque eu tinha a certeza, e ainda tenho, de que a Extensão Universitária esteve visceralmente ligada às questões sociais, em sua origem nas chamadas universidades populares e sempre em qualquer universidade do planeta em um futuro muito próximo. E, para afirmar isso com tanta certeza, assumi o desafio dessa conferência a partir de uma abordagem histórica; de minhas experiências na extensão em circulação internacional e de algum diálogo com a literatura que versa sobre a Extensão Universitária na Comunidade Universitária internacional.

IDEIAS NOVAS E VELHOS RECUOS

Então, inicio essa reflexão com esse trecho do Poema de Fernando Pessoa ou Alberto Caeiro (heterônimo):

*Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não, do tamanho da minha altura...
In: O guardador de Rebanhos*

As palavras desse verso me levam a pensar sobre essa história de mobilidade internacional. Afinal, o que eu procuro em territórios estrangeiros? O que eu busco em universidades estrangeiras? Modelos? Exemplos? Visibilidade? Status acadêmico? Força política? Recursos?

A resposta é óbvia se pensarmos que um dos objetivos da atividade acadêmica é a universalização do conhecimento. Não pode haver diferenças absurdas sobre o comportamento acadêmico aqui ou lá. Esse é o motivo da realização **de tantos** eventos e organizações de entidades de área. Esse é o motivo do investimento em mobilidades acadêmicas, intercâmbios, prêmios etc. A descoberta que se faz aqui, se saberá lá e vice-versa. O equipamento que se usa lá pode-se usar aqui. Ensinar e pesquisar é coisa de gente... e há gente aqui e gente lá. Portanto,

“Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo.”

Ensinar e pesquisar são ações humanas comuns em todo o planeta. Os métodos e os resultados se aproximam e a literatura se torna acessível. Às vezes, circulando por universidades em território estrangeiro, tenho a impressão de estar em qualquer outra universidade brasileira. Laboratórios, métodos, literatura, programas são de conhecimento comum, nada que se possa dizer que em minha aldeia não tenha ou não se faz.

“Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer”

E fazer Extensão Universitária é a mesma coisa? Ao que nos parece, extensionar não é mesma coisa aqui e lá. “As aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá...”. Mas se lá for o continente europeu, foi de lá que vieram “as aves”. Para início de conversa, foi de lá, em um primeiro momento, que vieram as nossas primeiras influências e modelos de implantação de universidades. Foi lá a formação de nossos primeiros doutores, a apropriação de nossos primeiros métodos, resultados, prêmios, intercâmbios... E não veio a Extensão? Veio sim. Vieram os melhores exemplares de “pássaros” e os mais belos “gorjeios”. Vieram os modelos de Universidades Populares. Vieram as primeiras tentativas de universidade moderna, revolucionária, aberta e acessível. Esse é o berço da Extensão Universitária. A tentativa revolucionária de aproximação do saber acadêmico da população.

Nosso ponto de partida foi, portanto, o próprio modelo de universidade europeia. São as universidades populares dos países centrais da Europa que influenciam o Brasil e a América Latina tal como influenciaram no ensino e na pesquisa. A diferença é que, nos dias de hoje, influencia menos na Extensão do que no Ensino e na Pesquisa. Na verdade, foram as universidades populares europeias e o modelo de Extensão Universitária norte-americanas as grandes influências da Extensão universitária no resto do mundo. A primeira esboçou um modelo de aproximação com a população e a segunda implementou com muita força a atração da população para si, em busca da prestação de serviços e mercadorias.

Considerando o século XIX como ápice dessa movimentação, Inglaterra, Bélgica e Itália, estiveram no pioneirismo das universidades populares que deram lugar ao que chamamos hoje de extensão universitária. Mais tarde, o filósofo marxista Antonio Gramsci (1981, p. 17), citado por vários estudiosos da extensão, afirmou que:

Esses movimentos eram dignos de interesse e merecem ser estudados; no sentido que revelaram da parte dos simplórios um sincero entusiasmo e um forte desejo de elevação de uma forma superior da Cultura e de uma concepção de mundo.

O projeto de sociedade moderno impulsionou a juventude europeia, sobretudo a universitária, a questionar certos valores e finalidades do ensino e da pesquisa que ainda sofriam com os “ranços” da universidade medieval e monástica. Ainda nos dias de hoje os campi universitários se constituem em áreas isoladas da comunidade não universitária.

Então, é dessa juventude incomodada que a universidade começa a se aproximar; do povo e daqueles excluídos da produção do conhecimento. Em seus estudos sobre Universidades populares, Olga de Souza (2005, p.254) afirma que:

Motivados pela construção de valores mais igualitários, os jovens e intelectuais lutaram por espaços universitários que resultaram na criação das universidades populares na Europa, que buscam valorizar a Cultura Popular e também melhor qualificar a Educação operária, possibilitando a formação crítica dos trabalhadores. (SOUZA, 2005).

Essa visão de universidade influenciou a juventude latino-americana e as universidades do continente Ameríndio iniciam uma organização para o que conhecemos como Manifesto de Córdoba, que começou a ser discutido em 1908 no Uruguai, e finalizado em 1918 na Argentina, na cidade de Córdoba. A partir daí, vários encontros foram realizados em todo o continente, com a criação da União Latino Americana de Extensão Universitária. Esse fato certamente é o diferencial entre a extensão universitária latino-americana, o modelo norte-americano e o modelo europeu. O modelo latino-americano, em sua organização, manteve o espírito militante, de aproximação da universidade da população, como foram pensadas as universidades populares europeias.

Enquanto as universidades populares europeias foram sorvidas pelas estruturas de universidades tradicionais, as instituições norte-americanas consolidaram suas estratégias de prestação de serviços e oferta de produtos acadêmicos como forma de contato com a comunidade não universitária. As universidades populares europeias, dentro da estrutura tradicional, perderam forças para a burocracia acadêmica. Transformadas em Extensão, perdem o caráter solidário para as crises financeiras e para os modelos de sustentação da instituição. Por sua vez, as universidades

norte-americanas apontam para o restante do mundo que a solução para sustentação da educação superior está na capacidade econômica de seus consumidores ou da filantropia. Sejam eles estudantes ou clientes da inovação tecnológica, de cursos não-formais, de atividades artísticas e corporais, de atendimento à saúde em geral e orientação jurídica.

Boaventura de Souza Santos, falando para uma grande plateia na Universidade de Bolonha, em 2010, apresentou suas reflexões sobre a situação das universidades europeias face às crises econômicas e às dúvidas e incertezas frente aos acordos internacionais sobre as diversas formações profissionais, as pesquisas e as relações das instituições de ensino com a sociedade.

As suas ponderações passam, sobretudo, pela crise das universidades em qualquer lugar do planeta. No entanto, ele centra atenção especial em uma situação que intitula sua conferência: A Encruzilhada da Universidade Europeia. Afirma que aquela universidade moderna considerada a solução dos problemas no Século XIX, nos últimos 40 anos, tem sido o próprio problema da sociedade. Um problema adicional. Um trecho da fala de Boaventura reforça a ideia de que há um recuo dos ideais revolucionários que tinham entre outros lemas, a “Educação para Todos”:

Enfrentamos problemas modernos para os quais não temos soluções modernas. Muito suscintamente: os nossos problemas modernos residem na prossecução dos ideais da Revolução Francesa (...) nos últimos dois séculos não fomos capazes de alcançar esses ideais, nem na Europa, nem muito menos no resto do mundo. As soluções encontradas não conseguiram concretizar os objetivos maiores pelos quais se combateu arduamente. (SANTOS, 2010, p.1)

Após uma bela introdução reflexiva, o conferencista lança um “rosário” de perguntas que ele chama de “perguntas fortes” que as universidades ainda não responderam a contento ou com “respostas fortes”. Ao todo foram 12 perguntas que passam pelo questionamento sobre: a ideia de universidades globais a serviço de elites nacionais e continentais; a avaliação das instituições e professores por processos e critérios monoculturais; a produção da universidade como mercadoria e não como bem público; a contradição sobre a ideia do desenvolvimento cultural e a competitividade global dos negócios e sempre questionando a polarização entre o modelo de Bolonha e de Harvard. No fundo, Boaventura chama atenção sobre as tentativas de os grandes acordos econômicos globais estabelecerem centros globais de produção do conhecimento, formando elites globais financiadas e um conseqüente abandono ao restante do mundo. O que ele denomina de “universidades centrais”, “semiperiféricas” e “periféricas”.

As perguntas de Boaventura que miram de forma contundente os problemas da Extensão nesse pensamento global expõe o papel social dessa atividade universitária frente à questão econômica. E na oitava pergunta ele questiona:

Qual será o futuro da responsabilidade social se a extensão universitária for reduzida a um expediente ou a um fardo para angariar recursos financeiros? O que acontecerá ao imperativo de tornar a universidade relevante para as necessidades da sociedade, partindo do princípio de que essas necessidades não se reduzem às do mercado e podem até contradizê-las? (SOUZA, 2010, p.4).

Essa provocação do sociólogo nos inspira à ousadia de dizer que a América Latina insiste em ser uma espécie de terceira via na resistência sobre a polarização de modelos. Mesmo esmagada pela esfera da Pesquisa, a Extensão Universitária tem sido a “trincheira” daqueles que acreditam na educação superior mais próxima da sociedade e principalmente daqueles que mais precisam de uma educação mais ampliada e de qualidade.

O EXEMPLO DA AMÉRICA LATINA

Um dos primeiros apontamentos da influência das universidades populares na América Latina foi, sem dúvida, o próprio Brasil, que teve em São Paulo, em 1912, uma das primeiras iniciativas de universidade aberta e acessível, com a criação da Universidade Livre de São Paulo que, já naquele momento, apresentava algum avanço além de suas influências europeias. Tratava-se de uma Universidade Popular atrelada ao Ensino Superior. Outras regiões do Brasil acompanharam essa tendência, como foram os casos do Maranhão, Rio de Janeiro, Amazonas e Paraná. Os frutos dessas iniciativas estão muito evidentes no artigo 43, inciso VII da Lei nº 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que destaca entre as finalidades da educação superior:

Promover a extensão universitária, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefício resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnologias geradas na instituição. (BRASIL, 1996).

Os outros países da América Latina sempre estiveram pareados com as ações do continente. Como já foi mencionado, desde 1908, quando das iniciativas de um movimento pró-social das universidades latino-americanas, propostas históricas nesse campo foram produzidas e discutidas em várias oportunidades. O documento mais precioso, denominado Manifesto de Córdoba, foi produzido por estudantes que lutavam para colocar na pauta das universidades os sérios problemas sociais e a organização político-social colonialista predominante em todos os países, fato que contribuía com o atraso econômico e cultural do continente latino-americano, perpetuando a situação desfavorável dos mais pobres.

Conclama o Manifesto:

*Da Juventude Argentina de Córdoba aos homens livres da América
Homens de uma República livre, acabamos de romper a última cadeia*

que, em pleno século XX, nos atava à antiga dominação monárquica e monástica. Resolvemos chamar todas as coisas pelos nomes que têm. Córdoba se redime. A partir de hoje contamos para o país uma vergonha a menos e uma liberdade a mais. As dores que ficam são as liberdades que faltam. Acreditamos que não erramos, as ressonâncias do coração nos advertem: estamos pisando sobre uma revolução, estamos vivendo uma hora americana.

Esse é o espírito que permeia o documento e tem permeado todos os outros documentos que finalizaram os encontros de Extensão Universitária na América Latina. Dezenas de eventos foram, sistematicamente, sustentados, em todas as edições, temas ligados ao Manifesto de Córdoba, corroborando com a ideia de que a universidade deve se aproximar da população. Pelo menos entre aqueles que estão organicamente ligados à valorização e ao fortalecimento da Extensão Universitária, o modelo norte-americano de prestação de serviços pagos pela população é alvo de pesadas críticas e rejeição.

O Congresso da Guatemala em 1949 aprovou a “ação social como difusão cultural”; no México, em 1972, discutiu a “situação da Sociedade e a relação Universidade-Sociedade”. Cuba, em 1996 convocou para as “Investigações socioculturais e a realização de programas em áreas rurais e urbanas”. A partir de 1998, na Costa Rica, começam a aparecer preocupações com os processos rebocados pelos discursos da globalização, que também predominam no discurso de Boaventura Souza Santos. Novos paradigmas e análises e reforço da função social das universidades, por meio da Extensão, em tempos de globalização, se repetem na Venezuela em 1999. Enfim, todos os eventos latino-americanos sobre Extensão reforçaram a função social da universidade de caráter solidário e com bases nos documentos oriundos e influenciados pelo Manifesto de Córdoba.

Embora as influências norte-americanas estejam presentes nas estruturas e nos sistemas de gestão da Extensão Universitária, principalmente no Brasil, a base que faz a Extensão realmente acontecer de forma sistemática e permanente está sustentada pelo espírito das questões sociais e do caráter solidário.

Portanto, na minha opinião, é da América Latina que podemos extrair o modelo contemporâneo de Extensão Universitária. Como questionou Boaventura Santos (2010, p. 3): “Que razão levou a que alguns dos melhores esforços reformistas fora da Europa (por exemplo, o Brasil) a adotarem o slogan: Nem Bolonha nem Harvard?”.

*Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não, do tamanho da minha altura...*

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 30/05/2015.

GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. 4a. ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1981.

MANIFESTO de Córdoba. 21 de junho de 1918. Disponível em <http://manifestodecordoba1918.blogspot.com.br>. Acesso em: 30/05/2015.

SOUZA, Olga. S. S. A Extensão Universitária e as universidades populares. Revista da Faced. Nº 09, 2005. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/viewFile/2696/1906>. Acesso em: 30/05/2015.

SANTOS, Boaventura Souza. A Encruzilhada da Universidade Europeia. Revista do SNEsup: Julho - Agosto - Setembro 2011. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20encruzilhada%20da%20Universidade%20Europeia_Set11.pdf. Acesso em: 30/05/2015.